Vegas com destino ao Rio de Janeiro. Pretensão de indenização por dano moral, em decorrência de terem sido impedidos de embarcar com suas bagagens de mão. Sentença de improcedência do pedido, com relação às duas primeiras autoras, e de procedência, quanto ao terceiro demandante, arbitrando-se a indenização em R\$ 1.000,00 (mil reais). Inconformismo dos mesmos. In casu, restou incontroverso que os autores, no momento do embarque, foram surpreendidos com a informação de que suas bagagens de mão teriam que ser despachadas, tendo a ré afirmado que tal circunstância ocorreu devido à falta de espaço no bagageiro da aeronave. Com relação às duas primeiras autoras, o fato narrado não ultrapassou a esfera do mero aborrecimento, não se configurando, portanto, o prejuízo de ordem moral. Documento acostado aos autos, pelos próprios demandantes, que informa, de forma clara, que a companhia permite que todos os passageiros embarquem na aeronave com uma bolsa, pasta, bolsa de câmera, laptop, além da bagagem de mão, o que permitiria que as autoras carregassem os seus itens pessoais e de higiene, se desejavam se utilizar dos mesmos durante a viagem. Todavia, com relação ao terceiro autor, considerando-se que ele, em razão do aludido inconveniente, teve que explicar aos funcionários da ré que estavam no portão de embarque, na frente de outros passageiros, a sua condição de portador de hepatite C, e que, além disso, ainda se viu privado de seus medicamentos, tem-se que a referida verba deve ser majorada para R\$ 8.000,00 (oito mil reais), eis que mais adequada a compensar o dano moral experimentado pelo ora recorrente. Provimento parcial do recurso dos autores, para o fim de majorar o dano moral, devido ao terceiro demandante, para a quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

050. APELAÇÃO 0001377-11.2016.8.19.0076 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO VARA UNICA Ação: 0001377-11.2016.8.19.0076 Protocolo: 3204/2017.00676651 - APELANTE: ITALO ANTÔNIO RODRIGUES DE CARVALHO ADVOGADO: SANDRO MACHADO PACHECO OAB/RJ-148116 APELADO: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S A ADVOGADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB/MG-109730 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUTOR QUE TRANSFERIU O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A UNIVERSIDADE UNOPAR, ORA RÉ. ALEGA QUE EM RAZÃO DA MOROSIDADE DA RÉ EM ANALISAR A COMPATIBILIDADE DAS GRADES CURRICULARES E DISPONIBILIZAR AS MATÉRIAS EFETIVAMENTE PENDENTES SOFREU ATRASO DE QUASE 1 ANO NO CURSO, IMPOSSIBILITANDO A CONCLUSÃO, TENDO, INCLUSIVE, CURSADO MATÉRIAS EM DUPLICIDADE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, FIXANDO A VERBA POR DANO MORAL EM R\$3.000.00 (TRÊS MIL REAIS). APELO DO AUTOR, PLEITEANDO O ACOLHIMENTO DE TODOS OS SEUS PEDIDOS, QUAIS SEJAM, MAJORAÇÃO DO QUANTUM FIXADO PELO DANO MORAL PARA R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) E CONDENAÇÃO DA RÉ AO PAGAMENTO DE DANO MATERIAL NA QUANTIA DE R\$ 2.644,40, QUE MERECE PROSPERAR EM PARTE. AUTOR QUE SOFREU ATRASO NA CONCLUSÃO DO CURSO EM RAZÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DA UNIVERSIDADE, TENDO, INCLUSIVE, CURSADO ALGUMAS MATÉRIAS EM DUPLICIDADE. DANO MATERIAL QUE MERECE SER RESSARCIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. SITUAÇÃO QUE EXTRAPOLOU O MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO. FRUSTRAÇÃO DA LEGÍTIMA EXPECTATIVA DO CONSUMIDOR, QUE DEPOSITOU CONFIANÇA NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO. DISPÊNDIO DE TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR AO TER QUE BUSCAR A VIA JUDICIAL PARA OBTER O RECONHECIMENTO DE SEU DIREITO. QUANTIA INDENIZATÓRIA QUE DEVE SER MAJORADA PARA R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS), EM ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. RECURSO DO AUTOR QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, A FIM DE MAJORAR A VERBA COMPENSATÓRIA PELOS DANOS MORAIS PARA R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS) E CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DOS DANOS MATERIAIS, REFERENTES ÀS MATÉRIAS COMPROVADAMENTE CURSADAS EM DUPLICIDADE, A SER APURADO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS REDISTRIBUÍDOS, DEVENDO RECAIR SOMENTE SOBRE A PARTE RÉ, DADA A SUCUMBÊNCIA MÍNIMA DA AUTORA. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

051. INCIDENTE DE SUSPEIÇÃO 0294476-48.2017.8.19.0001 Assunto: Suspeição / Do Juiz / Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 52 VARA CIVEL Ação: 0294476-48.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00672405 - ARGUENTE: ROBERTO BALASSIANO ADVOGADO: GILDA CHERQUES BALASSIANO OAB/RJ-162260 ARGUIDO: JUIZ DE DIREITO **Relator: JDS. DES. MARCELO ALMEIDA** Ementa: EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. INSATISFAÇÃO DO ARGUENTE COM AS DECISÕES PROFERIDAS E QUANTO AO PROCESSAMENTO DO FEITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE UMA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART.145 DO CPC. PARTE CONTRÁRIA QUE TAMBÉM DEMONSTRA IRRESIGNAÇÃO QUANTO A ENTENDIMENTO ADOTADO PELO JUÍZO A QUO, DIANTE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCONFORMISMO COM DECISÃO JUDICIAL QUE NÃO TEM O CONDÃO DE COMPROMETER A IMPARCIALIDADE DA MAGISTRADA. REJEIÇÃO DA EXCEÇÃO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR

052. APELAÇÃO 0061196-16.2012.8.19.0205 Assunto: Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAMPO GRANDE REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: 0061196-16.2012.8.19.0205 Protocolo: 3204/2017.00661185 - APELANTE: CLAUDIO AVELINO DOS ANJOS ADVOGADO: ADRIANA MESQUITA DOS SANTOS VILAS BÔAS OAB/RJ-119085 APELADO: ITAU UNIBANCO S A ADVOGADO: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB/RJ-062192 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANO MORAL. HIPÓTESE QUE VERSA SOBRE SUPOSTA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA PARTE RÉ, REFERENTE AO PAGAMENTO DE PARCELAS DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EM ATRASO, O QUE GEROU O ENVIO DE MISSIVA AO DEMANDANTE, INFORMANDO-LHE A POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE SEU NOME EM CADASTROS RESTRITIVOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, POR AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO E DE CARACTERIZAÇÃO DE LESÃO DE ORDEM MORAL. RECURSO DA PARTE AUTORA QUE NÃO MERECE ACOLHIMENTO. CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS INSUFICIENTE A INDICAR, MINIMAMENTE, A ALEGADA CONDUTA ABUSIVA DO RÉU, A ENSEJAR DECRETO CONDENATÓRIO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO DEMONSTRADA. EXTRATOS BANCÁRIOS INDICATIVOS DO PAGAMENTO EM ATRASO DE PARCELAS DO EMPRÉSTIMO MENCIONADO, QUE GEROU A INCIDÊNCIA DE JUROS. NO PRESENTE CASO, HOVE APENAS COBRANÇA FEITA ATRAVÉS DE MISSIVA, COM A ADVERTÊNCIA DE QUE FOSSE DESCONSIDERADO O SEU TEOR, CASO REALIZADO O PAGAMENTO DEVIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 230 DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO DEMONSTRADA A LESÃO DE NATUREZA IMATERIAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTO NOS AUTOS QUE INDIQUE OFENSA A DIREITOS DA PERSONALIDADE DO AUTOR. PRECEDENTES DESTES E. TRIBUNAL EM CASOS CONGÊNERES. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.